

## DOSSIÊ POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER

### PELAS BORDAS: REFLEXÕES SITUADAS NAS FRONTEIRAS DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM PPEL EM UM PERÍODO DE PÓS-MEGAEVENTOS ESPORTIVOS NO BRASIL

*By edges: reflections situated on the frontiers of knowledge production in the field PPEL  
in a period of post-sporting mega events in Brazil*

Leandro Forell<sup>1</sup>, Fabiana Gazzotti Mayboroda<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

<sup>2</sup>Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

**Resumo:** A ideia central deste texto é refletir sobre a construção das fronteiras do que é reconhecido pela comunidade acadêmica da Educação Física como incluso nas identidades: Políticas Públicas de Esporte e Lazer (PPEL). Compreendendo que sempre há um grau de normatividade em definir o que está dentro e fora de uma determinada identidade, faz uma descrição sobre algumas classificações do campo, propondo uma análise da produção a partir dos objetos de pesquisa. Trata de questões relacionadas a análise de políticas públicas para além da análise do Estado, incluindo a relação deste com a sociedade como objeto importante para o campo. Advoga a favor de uma compreensão híbrida, onde diversas disciplinas o constituem e que possui um caráter interdisciplinar.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas de Esporte e Lazer; Híbridismo; Produção Científica.

**Abstract:** The central idea of this text is to reflect on the construction of the field of Sports and Leisure Public Policy (PPEL). Throughout the text, he seeks to compare the construction of the field with others, such as anthropology. Understanding that there is always a degree of normativity in defining what is inside and outside a given identity, makes a description about some classifications of the field, proposing an analysis of the production from the research objects. It deals with issues related to the analysis of public policies beyond the analysis of the State, including the relationship of this with society as an important object for the field. Advocating in favor of a hybrid understanding, where several disciplines constitute it and that has an interdisciplinary character.

**Keywords:** Public Sports and Leisure Policies; Hybridism; Scientific Production.

## 1 INTRODUÇÃO

A ideia central deste texto, que pretende compor o Dossiê Temático, é refletir sobre a construção de um coletivo de intelectuais que procuram realizar suas pesquisas a partir de uma identidade unificadora denominada Políticas Públicas de Esporte e Lazer (PPEL). Compreendendo que há um grau de normatividade em definir o que está dentro e fora de uma determinada identidade, faremos uma descrição sobre algumas classificações da área nos posicionando ao final. Desta forma, trataremos de questões relacionadas a análise das Políticas Públicas para além do Estado. Advogaremos a favor de uma compreensão híbrida destes limites, que ao nosso ver possuem um caráter interdisciplinar.

Outra concepção que atravessa o texto é a não utilização do termo legado<sup>1</sup>. Este posicionamento acontece basicamente por dois argumentos: um lógico e outro epistemológico. Com relação ao argumento lógico, fica evidente, mesmo com todas as ressalvas possíveis, que há neste termo um flerte com a lógica formal, do tipo causa e consequência. Nesta situação, os megaeventos seriam uma causa que produz várias consequências. Quando se trata de análise de fenômenos sociais, as relações causais são sempre atravessadas por outras variáveis, como por exemplo: a cultura local, que está fora da lógica do legado. O mundo das PPEL é mais complexo que esta relação de causa e efeito. Neste sentido, compreendemos a noção de legado muito mais como um discurso que faz sentido nas visões de mundo (GEERTZ, 1989) contemporâneas do que um conceito acadêmico que deva ser operado, por sua incapacidade de perceber que cada comunidade se apropria de forma distinta estas grandes narrativas culturais.

O segundo argumento é epistemológico, ou seja, observar quem está discursando a respeito dos megaeventos. Em outras palavras, não nos identificamos como propagadores do esporte de rendimento, logo, estas expressões nativas deste campo nos são estranhas e tendem a colonizar e homogenizar as práticas fruídas do lazer em suas manifestações específicas. Não aceitar a noção de legado é uma posição política de negação de um tipo de identidade esportiva que não nos representa. Como a construção de conhecimento não é neutra, a subjetividade dos pesquisadores, bem como suas visões de mundo são constituintes desse texto, ao qual a expressão legado é estranha ao conjunto de conceitos teóricos e epistemológicos com os quais procuramos operar.

Por outro lado, é impossível negar que estes discursos atravessam nosso cotidiano, e em alguns momentos, de formas muito fortes. Não faz sentido pensar uma análise das PPEL, nos dias de hoje, sem levar em consideração as repercussões que estas ações possuem. Há aqui uma posição de escrita de não utilizar a noção de legado, mas, sim, de pensar na análise das PPEL em um contexto de forte relação com o que se convencionou chamar Megaeventos<sup>2</sup> Esportivos.

## 2 ALGUMAS COMPARAÇÕES

Readclife-Brown (1950), em meados do século passado, ao escrever a apresentação da obra *African Political Systems*, aponta que o objeto da Antropologia Política não pode se restringir ao Estado. Em vários estudos apresentados, é realizada uma análise da estrutura destas sociedades sem a necessidade de um Estado centralizador e mantenedor da ordem social. Para ele, a delimitação da subdisciplina está centrada nas relações de poder e na legitimação de práticas como adequadas ou não em função das diferenças culturais.

Ao centrar a definição de Antropologia Política nas relações de poder, Readclife-Brown teve que enfrentar várias críticas, tendo em vista que esta delimitação seria tão abrangente que contemplaria praticamente toda a disciplina da Antropologia. A partir da fundação da subárea, vários critérios vêm sendo utilizados para a delimitação do que vem a se constituir como Antropologia Política. Entretanto, deste movimento, gostaríamos de chamar atenção para dois elementos: o reconhecimento na comunidade acadêmica da subárea e a compreensão que a Antropologia Política não se restringe a análise do Estado.

Apesar de todo conjunto de críticas, esta compreensão de Antropologia Política foi capaz de delimitar, temporariamente, a subárea e ratificando a existência da mesma, levando a criar-se em várias universidades,

<sup>1</sup>Embora seja um debate que mereça um artigo somente nesta discussão, esta argumentação pretende sustentar nossa posição de não utilizar a expressão legado neste texto.

<sup>2</sup>Penso que a própria noção Megaeventos poderia ser problematizada, porém, neste artigo não nos deteremos a esta reflexão.

inclusive em Oxford onde foi titular durante boa parte de sua carreira, a cátedra de Antropologia Política. Além disso, a teoria estrutural funcionalista ganha espaço no meio acadêmico a partir da utilização deste paradigma.

Por outro lado, seguindo a tradição mais próxima, da Antropologia Interpretativa, podemos compreender o critério de delimitação das disciplinas não mais como conceitual, mas sim a partir de critérios oriundos das práticas sociais. Assim,

Se você quer compreender o que é ciência, você deve olhar, em primeiro lugar, não para suas teorias ou suas descobertas, e certamente não para que seus apologistas dizem sobre ela; você deve ver o que os praticantes da ciência fazem. Em antropologia ou, de qualquer forma, em antropologia social, o que os praticantes fazem é etnografia. E é justamente ao compreender o que é etnografia, ou mais exatamente, o que é a prática etnográfica, é que se pode começar a entender o que é a análise antropológica (GEERTZ, 1989, p. 15).

De uma forma preliminar, a delimitação do campo está muito mais ligada ao que se tem produzido sob a identidade de estudos em PPEL do que de uma definição preestabelecida a partir de um critério que geralmente o classificador se inclui ou exclui os seus diferentes. Em brilhante artigo, Starepravo e Marchi Júnior (2015), apontam para a análise das Políticas Públicas dentro do subcampo político burocrático do esporte no Brasil. Utilizando-se da teoria de Pierre Bourdieu, demonstram a necessidade de se pensar as relações de poder, pautada pelos atores e pelas posições que ocupam dentro deste espaço social.

Além da crítica que compreende os estudos de Política Pública como análises do Estado ou de Programas Estatais, onde o Estado pode ou não ter protagonismo, este artigo pretende discutir a noção de fronteira, o que está dentro e fora e até que ponto podemos utilizar identidade e diferença como critérios para classificar os pertencentes ao coletivo de produção na área.

Portanto, o objetivo deste artigo é relacionar o que se tem produzido sob a identidade de PPEL no Brasil com a possibilidade de delimitar a área. Creemos ser importante pensar neste objeto tendo em vista que operacionalmente somos provocados (nós pesquisadores de PPEL) a definir o que pesquisamos e quais são nossos circuitos acadêmicos.

### 3 ALGUNS OLHARES NA PRODUÇÃO

Quando se analisa a produção de conhecimento em qualquer área, muitos recortes podem ser feitos e esses recortes nunca são neutros. Em Políticas Públicas de Esporte e Lazer, podem-se ver vários tipos de análise, dependendo dos pressupostos epistemológicos com os quais os pesquisadores estão associados. Uma primeira tentativa de recorte está relacionada ao coletivo de pesquisadores marxistas que procura demarcar a área como um espaço de pesquisa de temas importantes para si, tais como: cidadania, controle social, debate orçamentário (HÚNGARO et al., 2009). Interessante é que o posicionamento epistemológico aponta para uma primazia do objeto em relação o sujeito investigador:

O sujeito investigador e o objeto investigado constituem uma relação e são determinados historicamente, mas há uma primazia do objeto, que determina as categorias de análise, em virtude das especificidades. O exercício do sujeito investigador é o de manter a “máxima fidelidade ao Objeto” (HÚNGARO et al., 2009, p. 101-102).

Embora se aponte para uma posição epistemológica em que se procura dar centralidade ao objeto de pesquisa em relação aos interesses do pesquisador, há, na tradição marxiana, uma série de pressupostos teóricos elencados a priori e estes são constituídos na formação dos pesquisadores que, por sua vez, interferem em muitas ‘coisas’. Destas, gostaríamos de discutir apenas duas: a escolha dos objetos de pesquisa e a utilização de teorias estruturais para a explicação da realidade. Tanto a escolha das teorias como dos objetos precedem a análise e não são desvinculadas de visões de mundo e de sociedade já estabelecidas

Já Amaral e Pereira (2009), em outra direção, apontam para uma carência de trabalhos que discutam a noção de Arena Política entendida como “[...] o campo de forças, debates e desafios que se configuram a partir de interesses antagônicos entre os sujeitos sociais que compõem o campo da política” (AMARAL; PEREIRA, 2009,

p. 40). Essa dimensão de análise das Políticas Públicas possui uma normatividade no sentido de mostrar, a partir de concepções teóricas, para procedimentos menos ou mais desejáveis. No caso, as autoras discorrem sobre a diferença entre uma Política de Estado e uma Política de Governo no sentido de refletir sobre a constituição de uma esfera pública como espaço de exercício de poder e de jogo político.

Essa perspectiva de classificação da produção aponta para a importância para determinados tipos de pesquisas e está contemplada fortemente pelas teorias de mudanças das políticas debatidas no âmbito da produção sociológica em Políticas Públicas. Porém, no campo da Educação Física como as próprias autoras apontam, constituem-se como perspectivas de pesquisa pouco utilizadas.

Uma terceira análise sobre a produção em Políticas Públicas de Esporte e Lazer apoia-se no referencial teórico de Pierre Bourdieu, utilizando a teoria do campo, procurando demonstrar a lógica de disputa. Logo,

podemos falar hoje de um espaço social, constituído por agentes, que disputam a notoriedade científica na área de políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. Os melhores posicionados no subcampo, e que mais consistentemente incorporam as regras e os hábitos têm uma tendência a dominar o jogo (STAREPRAVO, 2011, p. 168).

Starepravo (2011) faz uma opção pela análise de produção do conhecimento do campo a partir dos atores e, conseqüentemente, suas posições teóricas. Portanto,

Em termos finais, pode-se dizer, com base no material pesquisado, que o subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer comporta hoje estruturas, agentes e instituições, que travam uma luta concorrencial pelo prestígio acadêmico na área, reconhecimento interno e externo. Para isso, munem-se de capital, especialmente político, para galgar posições de destaque no espaço social. Por outro lado, o peso científico do subcampo ainda é pequeno, com fronteiras mal definidas, pobreza conceitual e teórica. O alargamento do subcampo, consubstanciado no aumento quantitativo de agentes e produções, pode sugerir uma futura melhora qualitativa em termos científicos no subcampo, o que vai depender das futuras posições e jogadas dos agentes nele inseridos (STAREPRAVO, 2011, p. 172-3).

Para Starepravo (2011), os pesquisadores alinhados ao referencial teórico marxista possuem hegemonia no subcampo científico/acadêmico das Políticas Públicas de Esporte e Lazer na Educação Física brasileira. Essa hegemonia se consolida internamente, com uma quantidade de trabalhos publicados, principalmente em eventos e também externamente, uma vez que pesquisadores alinhados com esse referencial teórico são influentes, chegando a ocupar espaços inclusive no Ministério do Esporte.

A opção pelas teorias da Antropologia Política, que procura compreender as Políticas Públicas a partir de seu contexto cultural, pode em determinado momento, ser excluída da área, dependendo da interpretação que se dê a estes modelos. A seção que segue procura apontar a partir das práticas de pesquisa uma alternativa de delimitação deste território e que seja inclusivo o suficiente para compreendê-las como integrantes desta área, tendo em vista que a ideia central não é desconstruir o que já foi feito, mas sim, apontar uma outra possibilidade que tende a se preocupar com questões não abrangidas por outros pressupostos. Por conseguinte, ela não deixa de ser normativa, pois também está embebida de pressupostos epistemológicos.

#### 4 O NOSSO OLHAR NA PRODUÇÃO

Gostaríamos de defender uma posição de análise da produção da área de outra perspectiva: a partir dos tipos dos objetos de pesquisa. De uma forma bem objetiva, é possível distinguir três tipos de trabalhos: trabalhos de avaliação de Políticas Públicas, trabalhos 'nas' Políticas Públicas e trabalhos 'das' Políticas Públicas. Esta posição, que é normativa como qualquer classificação da produção, constituiu-se a partir do estranhamento que tivemos ao comparar etnografias produzidas por antropólogos e por professores de Educação Física sobre a temática esporte. Ficou evidente, naquele momento, que os objetos de pesquisa eram distintos, embora ambos trabalhassem sob a identidade de Antropologia do Esporte. Este texto é um exercício provocado por este movimento intelectual anterior a qual perguntamos quais são os objetivos de pesquisa abordados em estudos que se identificam com a área das PPEL.

O primeiro tipo de trabalho, ‘de avaliação’ de Políticas Públicas, está relacionado necessariamente com a lógica normativa, a partir de critérios variados, que passam desde a comparação da prática como formulação da política até a comparação com os propósitos teóricos preestabelecidos pelo pesquisador. Só é possível avaliar algo a partir de critérios e estes são constituídos normativamente.

Um bom exemplo<sup>3</sup> de trabalhos de avaliação é o do grupo de pesquisadores da PUC/MG, coordenado pela professora Eustáquia Salvadora de Souza (2010). Nessa pesquisa realizada através de financiamento da Rede Cedes, foram avaliados vários indicadores relacionados com a qualidade do Programa. Separamos um excerto, em que fica evidente a lógica normativa retomando a noção de participação estabelecida na formulação do Programa:

Sobre a participação em atividades consideradas como regras do Programa, na maioria delas a maior parte dos entrevistados disse que nunca havia participado. Em proporção menor, os entrevistados afirmam ter ficado sabendo das regras ou atividades: decisão sobre atividades e eventos do PELC, 41,3%; escolha dos representantes dos beneficiados do PELC no Grupo Gestor, apenas 21,6%; avaliação das atividades e/ou eventos realizados, 29,9%; atividade de prestação de contas, 19,5%; e reuniões com o governo municipal ou estadual sobre esporte e lazer no município, apenas 18,4%, conforme TAB. 15. Esses dados se tornam preocupantes quando se leva em conta o objetivo do Programa de se tornar um espaço que incentive a participação da comunidade em todas as decisões, de modo a construir sua autogestão (SOUZA et al., 2010, p. 109).

A utilização do termo “preocupante” denota uma frustração das pesquisadoras pelo fato da formulação do Programa não ter sido executada. Assim, fica evidente que as diferentes apropriações de uma política nacional são um problema, no que se refere à avaliação e que a normatividade está centrada na formulação do Programa.

Outro exemplo de trabalho de avaliação é a dissertação defendida na Unicamp, intitulada “As Conferências Nacionais do Esporte na Configuração da Política Esportiva e de Lazer no Governo Lula (2003-2010)” de autoria de Lia Polegato Castelan (2011) e orientada pelo professor Lino Castellani Filho. Nesse trabalho, a autora questiona sobre a excussão orçamentária do Ministério do Esporte e, para contextualizar esse processo, descreve as diretrizes das três conferências de Esporte e Lazer:

Para equalizar este problema deve-se priorizar também o investimento no esporte de participação, que amplia o acesso ao esporte e atividade física em pessoas de diferentes idades, necessidades e interesses. O programa federal que contempla esta dimensão esportiva é o “Programa Esporte e Lazer da Cidade”, e é justamente o programa que conta com menos recursos investidos em seu funcionamento, conforme vimos na análise do Orçamento Federal (CASTELAN, 2011, p. 130).

Nesse caso, a descrição orçamentária é avaliada a partir da normatividade da importância social do investimento em Esporte e Lazer/Participação, ou seja, existe uma convicção teórica, por parte da pesquisadora que o esporte está dividido em dimensões, uma delas é historicamente desprestigiada e isso se materializa na execução orçamentária. O interessante, ao exemplificar essa pesquisa, é que o referencial teórico por ela sustentado é marxista, diferente do exemplo anterior. Mais adiante, reforçaremos como, nesta perspectiva de pesquisa, não é o referencial teórico que define o tipo de objeto. Utilizaremos o exemplo do marxismo por ser o referencial mais abundante na área.

O segundo tipo de trabalho é o que denominamos como pesquisas ‘nas’ Políticas de Esporte e Lazer. Esta tipificação se caracteriza pelo objeto de estudo a ser escolhido por interesses acadêmicos de fora das PPEL. Para exemplificar, discutiremos duas pesquisas que representam significativamente esta categoria, mesmo tendo focos diferentes.

O primeiro é de Luíze Moro, intitulado “Conhecendo os Parques de Curitiba e seus Espaços Públicos Destinados as Brincadeiras Infantis”. Nesse trabalho, a autora faz um inventário dos espaços em parques e tem como principal preocupação de pesquisa, elementos que são ligados a ludicidade e a infância. Para Moro, “A problemática desta pesquisa procura observar como os modelos de espaços e brinquedos existentes em parques públicos da cidade de Curitiba podem influenciar as práticas lúdicas das crianças” (2012, p. 17). Por outro lado, a disserta-

<sup>3</sup>A ideia deste artigo não é fazer um estado da arte, pensamos que muitos já foram feitos. A ideia central é trazer exemplos que ilustrem as teses argumentativas.

ção não deixa de se posicionar sobre a necessidade de Políticas Públicas mais efetivas relacionadas ao seu escopo.

Acreditamos que as políticas públicas no âmbito do esporte e lazer, nas quais devem estar incluídas ações voltadas à infância no que se refere ao planejamento de espaços e brinquedos e suas influências na vida cotidiana das grandes cidades, devem atender fatores diferenciados de estimulação sensorial, perceptivas, motoras, cognitivas e sociais, para que influenciem positivamente na prática lúdica e social das crianças (MORO, 2012, p. 114).

Acredito que este estudo demonstre que existe uma diferenciação entre o local de pesquisa e o objeto de pesquisa. Ao apontar para a influência do espaço/lugar na ludicidade, tanto o primeiro termo como o segundo se transformam em objeto de pesquisa. Por outro lado, não se trata de uma pesquisa que explica os meandros da Política Pública, sendo este o seu local de pesquisa e não seu objeto.

Uma segunda exemplificação deste tipo de trabalho é o produzido por Marcelo de Paula Melo (2011), no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, orientado por Carlos Nelson Coutinho e intitulado “Esporte e dominação burguesa no século XXI: a agenda dos Organismos Internacionais e sua incidência nas políticas de esportes no Brasil de hoje”. Nele se faz uso das Políticas de Esporte como espaço de consolidação de um tipo de sociabilidade marcada pelo atual estágio do capitalismo.

Essa tese tem por objetivos, de modo mais abrangente identificar o papel dos esportes na nova fase de dominação burguesa, implicando na busca das possíveis contribuições das políticas de esportes no apasivamento das lutas populares nesse contexto de agudização das contradições decorrentes da atual lógica de acumulação capitalista (MELO, 2011, p. 13).

Assim como Castelan (2011), esse trabalho utiliza o referencial teórico marxista, porém o interesse de pesquisa aqui é diferente. Não se pretende avaliar as Políticas Públicas a partir de uma normatividade construída teoricamente. O que se pretende é demonstrar como essas políticas são a materialização de uma análise de sociedade mais ampla, ligada, ao que se denomina neste tipo de tradição, com a totalidade.

Pensamos haver um terceiro tipo de trabalho circulante em Políticas Públicas de Esporte e Lazer. São as pesquisas que estudam ‘as’ políticas. Nesse trabalho, interessa muito mais em compreender uma política específica e seus meandros, suas articulações, suas peculiaridades, suas relações de poder. Esta dimensão se parece, em muitos momentos, com as de avaliação, porém a grande diferença está no interesse dos pesquisadores pelos processos e não somente pelos resultados.

Nessa dimensão, pensamos ser importante comentar dois trabalhos. O primeiro, mais antigo, mas que apresenta uma tradição bourdiana, é de autoria de Fernando Marinho Mezzadri (2000), intitulada “A estrutura esportiva no Estado do Paraná: da formação dos clubes as atuais políticas governamentais”. Essa tese, orientada por Ademir Gebara, teve por objetivo: “Desvendar os meandros das organizações esportivas paranaenses, abordando as relações entre as práticas esportivas desenvolvidas pelos indivíduos e as ações governamentais” (MEZZADRI, 2000, p. 3). O desenho da pesquisa demonstra claramente o interesse no processo político, fortalecendo assim a construção da política como resultado das disputas do campo.

O segundo trabalho que trago para exemplificar este tipo de produção é o de Roberto Liáo Jr (2013), intitulado “Hegemonia e Contra-hegemonia na Construção de Políticas de Esporte e Lazer: a experiência do consórcio Brasília” e é orientado pelo professor Lino Castellani Filho. A partir de um referencial teórico gramsciano/marxista, procura compreender as relações e os acontecimentos na consolidação de Políticas Públicas e tem como objetivo:

Compreender em que medida o Consórcio Brasília protagonizou de forma contra-hegemônica, o processo de socialização, democratização da política e controle social, nas tensões e contradições estabelecidas entre o Estado e a Sociedade Civil, mais especificamente no DF (LIÁO JÚNIOR., 2013, p. 68).

A utilização de um referencial gramsciano, sob nosso ponto de vista, afasta esse trabalho de uma análise economicista, em que a totalidade é significativa para a compreensão da realidade, mas também existem espaços para iniciativas contra hegemônicas produzidas na militância. Assim, existe um refinamento analítico justa-

mente preocupado com o processo político e com suas práticas. Como foi possível perceber, não é o referencial teórico que define a tipologia do objeto de estudo, mesmo este sempre estando ligado a pressupostos relativos aos diálogos que os trabalhos pretendem ter com determinadas linhas teóricas.

Uma etnografia, como pressuposto, seria um estudo que se encaixaria na lógica de pesquisas ‘na’ política, tendo em vista que “O lócus do estudo não é o objeto. Os antropólogos não estudam as aldeias (tribos, cidades, vizinhanças...), eles estudam nas aldeias” (GEERTZ, 1989, p. 32). O grande problema é que a política não é apenas um espaço social, é também um objeto de estudo. Quando etnografias tematizam as políticas, elas se constituem como um híbrido entre o ‘na’ e o ‘da’ política tendo em vista que a própria política se transforma no objeto. Isso pode ser exemplificado em dois estudos: o de Luis Eduardo Thomassim (2010) e o de André Lazzari (2013), ambos estudando crianças em projetos sociais na cidade de Porto Alegre. O objetivo de Thomassim “foi compreender o lugar que a participação das crianças nos projetos sociais esportivos ocupa na vida dessas mesmas crianças” (2010, p. 20) e o problema de pesquisa de Lazzari foi:

Como se articulam (ou se imbricam), no cotidiano do ECCE (Em Cada Campo Uma Escolinha), as expectativas e interesses (as crenças) dos orientadores, coordenadores (professores) e das próprias crianças e adolescentes, e como isso se relaciona com a existência (e manutenção) do projeto na agenda da política pública municipal? Qual o “lugar” das crianças e do futebol nessas articulações/imbricações? (LAZZARI, 2013, p. 21).

As reflexões acerca da Antropologia Política são bastante consequentes para pensarmos o lugar dessas pesquisas neste quadro situacional. Pensamos que a dubiedade possa ser explicada pelas reflexões de Karina Kuschnir (2007). Pois,

A abordagem da política pela antropologia pode ser definida de uma forma simples: explicar como atores sociais compreendem e experimentam a política, isto é, como significam os objetos e as práticas relacionadas ao “mundo da política”. A compreensão de grupos específicos, em circunstâncias particulares, leva a comparações e diálogos com a literatura sobre contextos sociais mais amplos. Embora aparentemente simples, trata-se de uma proposta complexa de ser executada e que implica em pelo menos dois pressupostos. O primeiro, de que a sociedade é heterogênea, formada por redes sociais que sustentam e possibilitam múltiplas percepções da realidade. O segundo, de que “o mundo da política” não é um dado a priori, mas precisa ser investigado e definido a partir de formulações e dos comportamentos de atores sociais e de contextos particulares (KUSCHNIR, 2007, p. 163).

Em ambos os trabalhos é nítido um duplo movimento, que ora compreende a política como espaço de acontecimentos ligados às crianças, ora vê os acontecimentos com estas crianças como constituidores das políticas, ora vê a intervenção das mesmas e dos atores sociais como modificadores a partir do processo heterogêneo de apropriação. Assim, compreendemos estes dois trabalhos como híbridos, ou seja, estudam complementarmente ‘nas’ e ‘as’ políticas. Logo, como afirma Kuschnir (2007), o mundo da política não é um dado a priori e passa a ser também objeto de pesquisa.

## 5 PARA ALÉM DA ANÁLISE DO ESTADO

A cultura é pública porque o significado o é. Você não pode piscar (ou caricaturar uma piscadela) sem saber o que é considerado uma piscadela ou como contrair, fisicamente, suas pálpebras, e você não pode fazer uma incursão aos carneiros (ou imitá-la) sem saber o que é roubar um carneiro e como fazê-lo na prática. Mas tirar de tais verdades a conclusão de que saber como piscar é piscar e saber como roubar carneiro é fazer uma incursão aos carneiros é revelar uma confusão tão grande como, assumindo as descrições superficiais por densas (GEERTZ, 1989, p. 22)

A ideia central desta seção parte de um pressuposto que tanto as decisões políticas quanto as movimentações da população na recepção destas políticas não são ‘coisas’ desconexas, muito menos que elas operam em uma lógica de causa e efeito uma em relação a outra. Partindo-se do conceito de sociedade civil discutido por vários autores clássicos como: Hobbes, Hegel, Marx, Gramsci, Kant, Rosseau e Marcuse (BOBBIO, 1987), a utilização

deste termo é cada vez mais recorrente tanto nos discursos quanto nos trabalhos acadêmicos no campo da Educação Física. Em uma perspectiva marxista-gramsciana, a sociedade civil e a sociedade política seriam um par dialético e o tencionamento destas duas esferas determinaria, na relação com a totalidade, os acontecimentos no bloco histórico (PORTELLI, 1983). Gramsci aponta, ainda, que a sociedade civil não é um bloco homogêneo e que restaria ao proletariado fazer a disputa por dentro das superestruturas.

Max Weber (1968), por sua vez, afirma que a sociedade política também é heterogênea e que a burocracia é o espaço no qual o funcionário público tem a possibilidade de exercer poder a partir de uma noção de democracia elitista/realista (FEDOZZI, 2002).

Quando um grupo de pessoas faz algum tipo de movimento em prol de uma reivindicação, não se relaciona materialmente com a totalidade do Estado e sim com um fragmento do Estado que naquele momento se coloca como interlocutor para tratar da situação. Se pensássemos hipoteticamente e se mudássemos os interlocutores, provavelmente mudariam os resultados da negociação, pois lidar com este tipo de situação mobiliza a racionalidade e as subjetividades destes interlocutores que são únicas.

Temos aqui, portanto, de um lado, representantes de fragmento da sociedade civil e de outro fragmento do Estado, que são pessoas e que estão em constantes trocas. É neste sentido que a noção de intersubjetividade (PIVA et al., 2010) emerge, uma vez que estamos pensando nas relações que as diferentes subjetividades dos diferentes atores são produzidas. Por outro lado, o individualismo contido nesta lógica da intersubjetividade, deve ser relativizado em função de significados sociais mais amplos e homogenizadores como: a cartilha do partido político ou a ordem do prefeito.

Grandes teorias explicam muitos fenômenos, inclusive as Políticas Públicas. O que chama atenção é que no campo da Sociologia vêm-se desenvolvendo teorias específicas para a compreensão de fenômenos específicos como a mudança ou a manutenção das políticas. Poderíamos citar os modelos: “*Institutional Rational Choice*” de Elenor Ostron (2007); o “*The Network Approach*” (ADAM; KRIESI, 2007); o “*Advocacy Coalition Framework*”, formulada por Sabatier e Weible (2007) e “*The Multiple Streams Framework*”, de Zahariadis (2007). Além destas formulações, seria possível pensar em algumas outras já debatidas no campo da Educação Física como, por exemplo, a Teoria dos Campos (Pierre Bourdieu), a Teoria da Micropolítica (Stephen Ball) e a Teoria Figuracional/Configuracional (Norbert Elias). Em todas elas, observa-se o diálogo entre Estado e sociedade na constituição da Política Pública

A importância da relação Estado e sociedade também fica evidente no debate dos diferentes modelos de *welfare state*. Esping-Andersen (1993) aponta que não existe apenas um modelo de Estado de Bem-Estar Social. Para ele, vários modelos foram se erguendo em diferentes países, tendo como fundamentos concepções de Estado e de responsabilidades civis. Aponta na Europa para três diferentes modelos de Estado de Bem-Estar Social: o primeiro de matriz liberal ou residual, o segundo, de matriz conservadora e o terceiro de matriz social-democrata. O que fica evidente é que os objetos das Políticas Públicas mudam em função das visões de mundo aceitas pelos imaginários culturais dos diferentes lugares.

Além disso, dentro de um mesmo país existem diferentes noções de Políticas Públicas como apontam Draibe e Riesco (2009) ao analisarem os modelos de *welfare* no Brasil. Consideram como um misto de concepções, por exemplo: ele é social-democrata quando analisamos o Sistema Único de Saúde (SUS) e a Educação Básica, que possuem pretensão de serem universais; ele é conservador quando vemos as Políticas de Assistência Social como o Bolsa-Família porque pressupõe uma troca entre manutenção do benefício em função de presença da criança na escola e o benefício sendo creditado na conta da mãe e não do pai e ele é liberal quando reduzem-se os incentivos a determinadas áreas como o Esporte, por exemplo, impondo uma competição entre iguais por consequência de Políticas Focalistas.

## 6 A NOÇÃO DE FRONTEIRA E OS PROCESSOS DE HIBRIDIZAÇÃO

Podemos pensar em fronteiras como uma boa relação para aquilo que está contido ou não dentro de um determinado território ou campo. Embora sempre haja um olhar normativo sobre estas questões podemos encontrar pesquisadores fronteiriços, que contribuem com a área, mas que não necessariamente abordem objetos dominantes aos quais os pesquisadores de maior reconhecimento da área vêm trabalhando. Estes pesquisadores fronteiriços, ao fazerem a transposição de conceitos, tendem a agregar ao campo, mesmo que em alguns momen-



tos não sejam considerados pertencentes a ele.

Pensamos que o trabalho de Rouse (2002) seja interessante para pensar esta situação. Nesta pesquisa foram acompanhados cidadãos mexicanos da cidade de Aguililla no México trabalhando na cidade de *Redwood City* no Vale do Silício nos Estados Unidos. A pesquisa descreve que há uma rotineira migração de cidadãos mexicanos que trabalham como assalariados em empregos de menor importância simbólica, por outro lado, esta migração não é permanente sendo que estas pessoas passam um ou dois anos e retornam com dinheiro para o México.

Em função desta rotatividade de pessoas o autor compara a relação Aguililla e Redwood com Tijuana no México e San Diego nos Estados Unidos, que são consideradas cidades geminadas. Esta situação é caracterizada por uma grande absorção da cultura mexicana nos hábitos dos cidadãos estadunidenses bem como do contrário. O que o autor argumenta é que esta situação de mútua incorporação de hábitos culturais transforma a fronteira em um espaço de identidades fragmentadas. O avanço dos meios de comunicação em especial o telefone celular e da internet faz com que pessoas, independentemente de onde estejam, Anguillian ou Redwood, consigam monitorar a vida de seus parentes, amigos, sócios e demais pessoas de suas relações. Para Rouse os meios de comunicação proporcionam um ambiente de cidades geminadas mesmo elas ficando mais de três mil quilômetros de distância:

Indeed, in many respects, Aguilillans have come to inhabit a kind of border zone, especially if we follow Americo Paredes in recognizing that a border is “not simply a line on a map but, more fundamentally, ... a sensitized area where two cultures or two political systems come face to face.” Socioeconomically, the relationship between Aguililla and Redwood City is strikingly similar to the relationship along the international border between twinned cities such as Ciudad Juarez and El Paso or Matamoros and Brownsville. They are mutually implicated in numerous ways, but the line between them never disappears. And culturally, life within the circuit corresponds closely to the situation that Gomez-Pena describes for the border linking Tijuana and San Diego: “In my fractured reality, but reality nonetheless, live two histories, languages, cosmogonies, artistic traditions, and political systems dramatically opposed - the border is the continuous confrontation of two or more referential codes.” For many years, the United States-Mexican border seemed like a peculiar space, a narrow strip quite different from what lay at the heart of the two countries. But this is no longer the case. Ties such as those between Aguililla and Redwood City, places two thousand miles apart, prompt us to ask how wide this border has become and how peculiar we should consider its characteristics (ROUSE, 2002, p. 163-4).<sup>4</sup>

Interessante notar que as cidades geminadas não acabam com as identidades nacionais, tendo em vista que a noção de fronteira tem sua constituição na diferença entre países. O que o autor apresenta é que nestes espaços a convivência acarreta em uma certa confusão, em um hibridismo.

Escrito isso, nota-se que as pesquisas em PPEL, possuem uma diversidade de olhares aos quais também produzem identidades fragmentadas e híbridas sobre a área de estudos. É uma área de encontro de diferentes posições acadêmicas, e por consequência, um espaço de hibridização de ethos culturais, “entendo por hibridização processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas sociais discretas que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas (CANCLINI, 2008, p. XIX).

Por outro lado, a posição de alguns pesquisadores é que a área das PPEL pode se constituir em um espaço para a legitimação de posições teóricas previamente tomadas, sem levar em conta as especificidades dos objetos. Nesta situação a relação com os pesquisadores fronteiriços não é de hibridização, mas sim de exclusão, pois não estão abertos a discutir o objeto em si, mas estão preocupados com as consequências de sua posição no campo científico. O desenvolvimento da área passa necessariamente pela ampliação de olhares sobre um objeto em comum e estas posturas tendem muito mais para o encastelamento da área do que para o desenvolvimento da mesma.

<sup>4</sup> N. do A. (Tradução): De fato, em muitos aspectos, Aguilillans passaram a habitar uma espécie de zona de fronteira, especialmente se seguirmos Americo Paredes em reconhecer que uma fronteira “não é simplesmente uma linha em um mapa, mas, mais fundamentalmente, uma área sensível onde duas culturas ou dois sistemas políticos ficam cara a cara”. Socioeconomicamente, a relação entre Aguililla e Redwood City é muito semelhante ao relacionamento ao longo da fronteira internacional entre cidades geminadas, como Ciudad Juarez e El Paso, ou Matamoros e Brownsville. Eles se implicam mutuamente de várias maneiras, mas a linha entre eles nunca desaparece. E culturalmente, a vida dentro do circuito corresponde de perto à situação que Gomez-Pena descreve para a fronteira que liga Tijuana e San Diego: “Na minha realidade fraturada, mas a realidade, no entanto, vive duas histórias, línguas, cosmogonias, as tradições artísticas e sistemas políticos dramaticamente opostos, a fronteira é o confronto contínuo de dois ou mais códigos referenciais”. Por muitos anos, a fronteira dos Estados Unidos com o México parecia um espaço peculiar, uma estreita faixa bem diferente do que estava no coração dos dois países. Mas isso não é mais o caso. Laços, como aquelas entre Aguililla e Redwood City, coloca duas mil milhas de distância, levam-nos a perguntar como grande essa fronteira se tornou e como peculiar devemos considerar suas características.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O advento dos Megaeventos no país faz emergir outros tipos de estudos, cuja a noção de legado ganha força. Sob nosso ponto de vista, é a assunção do discurso do colonizador, produtor de um esporte homogêneo e globalizante. Ou seja, assume que é necessário uma contrapartida do tipo causa e efeito positiva. Pensamos que devemos levar isso em conta quando procuramos apenas na literatura em língua inglesa referências teóricas para pensar este objeto. Não podemos, deixar de lidar com nossa posição sulamericana enquanto produtores de conhecimento.

O grande problema é que estas positivities narradas pela expressão 'legado' são constituídas principalmente na subordinação do esporte a outras demandas sociais mais importantes, e também, na relação de causa e efeito, mecânica entre um evento e desdobramentos sociais.

Com relação ao primeiro problema, chama atenção a passagem de um dos diários de campo, de um estudo prévio, a qual um membro de uma associação de praça de Porto Alegre criticava a copa do mundo:

Depois de provocado sobre as obras da copa do mundo o informante se manifestou algo como: "falam que a copa do mundo é uma forma de melhorar a cidade, mas como a cidade vai melhorar o seu esporte? Como melhorar a cidade sem melhorar o uso das pessoas da cidade? Se não tivermos parques como o nosso na qual a população se apropria, o esporte não melhora a cidade, apenas vira desculpa pra roubar dinheiro" (Diário de Campo, 08/06/2012).

Há de se levar em conta que por mais que se estabeleça uma boa imagem do esporte no senso comum, este senso comum compreende a Política de Esporte como secundária. O que queremos argumentar é que os Megaeventos esportivos fizeram com que as PPEL virassem temáticas de outras disciplinas acadêmicas, tais como: do Urbanismo, da Educação, da Sociologia, da Antropologia e da Economia. Muitas, não necessariamente, ligadas ao Estado, pois se transformam em Políticas Culturais.

Com relação a noção de causa e efeito, nossa compreensão é modificar a noção de legado dos Megaeventos por análise das PPEL em um momento pós-megaeventos. Esta compreensão se impõe no sentido de que a relação com os Megaeventos é eminente para se pensar o atual momento, tendo em vista os empreendimentos que se fez em torno destes, ou seja, não é possível neste ciclo histórico, pensar as PPEL sem pensar nessa relação, pois são marcadores simbólicos e históricos<sup>5</sup>. Há agência entre os Megaeventos e a sociedade e a noção de legado tende a obscurecer o segundo e supervalorizar o primeiro.

Stigger (2002) aponta que, o esporte de alto rendimento produz um movimento homogeneizante, no sentido de: padronizar as regras, as moralidades e a cultura esportiva como um todo. Embora, no cotidiano, as pessoas produzem apropriações do que é o esporte. Neste sentido, a relação com o esporte de rendimento globalizado nunca deixará de existir, porém as formas como as pessoas usufruem da identidade esportiva é bastante diversa.

Desta forma, por mais que os *police makers* pensem em PPEL como estratégias para sanar diversos problemas, é no dia a dia, na apreensão e na produção de significados que os Megaeventos serão representados<sup>6</sup>. Pensamos que, a área poderia estar mais preocupada em estudar quais são as representações que as pessoas fizeram deste processo, do que em avaliar o que se planejou, materializou-se ou não, no bojo da população. Parece-nos óbvio, que o planejado não aconteceria, pois a apropriação das políticas e sua consequente criação de táticas são construídas no cotidiano (CERTEAU, 1994). A questão não é saber se foi concretizado ou não o planejamento, mas sim o como e que relações as pessoas fizeram com estes processos.

## 8 REFERÊNCIAS

ADAM, S.; KRIESI, H. The network approach. In: SABATIER, P. (Org.). **Theories of the policy process**. Cambridge: Westview Press. 2007. p. 129-154.

<sup>5</sup>Importante lembrar, que além dos Megaeventos, a história das PPEL não se circunscreve somente a eles. Não é incomum encontrar análises sobre as PPEL que associam sua fundação a criação do Ministério do Esporte (2003). Embora existam Políticas em Porto Alegre, em Belo Horizonte e em São Paulo com mais de meio século de existência, as Políticas de Porto Alegre completaram em 2016, 90 anos. Nestas nem sempre o Estado foi protagonista e nem por isso deixaram de existir.

<sup>6</sup>Para uma melhor exemplificação deste fenômeno, ver FORELL e STIGGER (2015)

- AMARAL, S. C. F.; PEREIRA, A. P. C. Reflexões sobre a produção em políticas públicas de educação física, esporte e lazer. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 31, n. 1, p. 41-56, 2009.
- BOBBIO, N. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2008.
- CASTELAN, L. P. **As conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer do Governo Lula (2003-2010)**. 2011. 187f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade de Campinas, Campinas, 2011.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994
- DRAIBE, S.; RIESCO, M. **El estado de bienestar social en américa latina**. Una nueva estrategia de desarrollo, Madrid: Fundación Carolina, 2009.
- ESPING-ANDERSEN, G. **The three worlds of the welfare capitalism**. Oxford: Polity Press/Blackwell Publishers, 1993.
- FEDOZZI, L. **Cidadania e cultura política. Doze anos de governo participativo em Porto Alegre (1989-2000)**. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- HÚNGARO, E. M.; OLIVEIRA, B. A.; CUSTÓDIO, M. L.; DAMASCENO, L. G. Balanço inicial da produção do GTT de políticas públicas do CBCE (1997-2005): avanços, ausências e perspectivas. In: HUNGARO, E. M.; SOUSA, W. L. (Org.). **Cultura, educação, lazer e esporte: fundamentos, balanços e anotações críticas**. Santo André: Alpharrabio, 2009. p. 93-124.
- KUSCHNIR, K. Antropologia e política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 163-167, 2007.
- LAZZARI, A. **A heterogeneidade de significados da prática futebolística num programa social esportivo: possibilidades de articulações e de sustentação do programa**. 2013. 135f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- LIÃO JÚNIOR, R. **Hegemonia e contra-hegemonia na construção de políticas de esporte e lazer: a experiência do consórcio Brasília**. 2013. 204f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade de Campinas, Campinas, 2013.
- MELO, M. de P. **Esporte e dominação burguesa no século XXI: a agenda dos organismos internacionais e sua incidência nas políticas de esporte no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011
- MEZZADRI, F. M. **A estrutura esportiva no estado do Paraná: da formação dos clubes as atuais políticas governamentais**. 2000. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade de Campinas, Campinas, 2000.
- MORO, L. **Conhecendo os parques de Curitiba e seus espaços públicos destinados as brincadeiras infantis**. 2012. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- OSTROM, E. Institutional rational choice: an assessment of the institutional analysis and development framework. In: SABATIER, P. A. (Org.). **Theories of the policy process**. Cambridge: Westview Press. 2007. p. 21-64.
- PIVA, A. As origens do conceito de intersubjetividade: uma trajetória entre a filosofia e a psicanálise contemporânea. **Contemporânea, Psicanálise e Transdisciplinaridade**, Porto Alegre, n. 9, 2010.
- PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983
- RADCLIFFE-BROWN, A. Preface. In: FORTES, M.; EVANS-PRITCHARD, E. E. **African political systems**. London: Oxford University Press, 1950.
- SABATIER, P.; WEIBLE, M. The advocacy coalition framework: innovation and clarifications. In: SABATIER, P. A. (Org.). **Theories of the policy process**. Cambridge: Westview Press. 2007. p. 189-220.

SOUZA, E. S.; NORONHA, V.; RIBEIRO, C. A.; TEIXEIRA, D. M. D.; FERNANDES, D. M.; VENÂNCIO, M. A. D. **Sistema de avaliação e monitoramento dos programas esporte e lazer na cidade e segundo tempo do Ministério do Esporte**. Belo Horizonte: Lutador, 2010.

STAREPRAVO, F. A.; MARCHI JÚNIOR, W. Políticas públicas de esporte no brasil: uma leitura a partir da noção de (sub) campo. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 18, n. 4, p. 959-70, 2015

STAREPRAVO, F. A. **Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos Político/Burocrático e Científico/Acadêmico**. 2011. 422f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

THOMASSIM, L. E. C. **O “público-alvo” nos bastidores da política: um estudo sobre o cotidiano de crianças e adolescentes que participam de projetos sociais esportivos**. 2010. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

WEBER, M. **História geral da economia**. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

ZAHARIADIS, N. The multiple streams framework: structure, limitations, prospects. In: SABATIER, P. A. (Org.). **Theories of the policy process**. Cambridge: Westview Press. 2007. p. 65-92.

---

Autor correspondente: **Leandro Forell**

E-mail: [lforellpos@hotmail.com](mailto:lforellpos@hotmail.com)

Recebido em 17 de março de 2017.

Aceito em 10 de abril de 2017.